

**Assistentes Sociais de Belo Horizonte (MG):
esboço de um perfil profissional**

Social Workers Of Belo Horizonte (MG): outline a professional profile

Reginaldo GUIRALDELLI¹

Fabírcia MACIEL²

Kênia A. FIGUEIREDO³

Resumo: Pesquisar o perfil profissional dos assistentes sociais contribui para compreendermos a inserção destes profissionais no mundo do trabalho em tempos de reestruturação produtiva, desemprego estrutural, desmonte dos direitos sociais, em um cenário de contrarreforma do Estado e expansão do ensino superior (público e privado) em todas as suas modalidades (presencial e a distância). Nesse sentido, esse texto resulta de pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevista com 209 assistentes sociais inseridos em diversos espaços de trabalho do município de Belo Horizonte (MG), com o objetivo de conhecer de forma aproximativa o perfil desses profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação. Trabalho. Projeto Profissional.

Abstract: Research the professional profile of social workers contributes to understand the insertion of professionals in the work world in times of productive restructuring, structural unemployment, dismantling of social rights, in a context of reform and expansion of college education (public and private) in all its forms (presence and distance). Thus, this paper results of qualitative research conducted through interviews with 209 social workers inserted in various workspaces in the city of Belo Horizonte (MG), with the aim of knowing the approximate the profile of these professionals.

Keywords: Social Work. Formation. Work. Professional Project.

Submetido em: 01/10/2013. Revisado em 15/01/2014. Aceito em: 12/02/2014

¹ Assistente Social. Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasil). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (GEPETSS). E-mail: <reginaldog@unb.br>.

² Assistente social. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Coordenadora e Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário (UNA/BH, Brasil). E-mail: <fabriaci@gmail.com>.

³ Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasil). E-mail: <keniaugusta@unb.br>.

Introdução

No Serviço Social, a pesquisa tem sido uma atividade vital para a compreensão da dinâmica societária que requer dos assistentes sociais uma postura profissional investigativa, crítica e propositiva diante das inúmeras refrações da questão social que se complexificam na cena contemporânea. Tal realidade é marcada pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva, que terceiriza, desemprega, precariza as formas de trabalho, minimiza a responsabilidade do Estado no que tange aos encargos sociais e estabelece a “adequação” do trabalhador aos preceitos da flexibilização. Esse cenário exige dos assistentes sociais análises, intervenções e mediações que ultrapolem a imediatividade e avancem na compreensão dos diversos processos e movimentos que circundam as relações sociais, abarcando aspectos conjunturais e estruturais que se expressam na vida em sociedade.

Nesse quadro, as entidades representativas da categoria profissional - o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO⁴, têm

⁴ Conjunto CFESS/CRESS é a denominação utilizada na categoria dos assistentes sociais para definir a articulação política e administrativa existente entre o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social em todo o Brasil. ABEPSS é a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, entidade de natureza acadêmica, política e científica, de âmbito nacional, de direito privado, sem fins lucrativos. Dentre suas finalidades, propõe e coordena a política de formação profissional em Serviço Social. ENESSO é a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país,

realizado inúmeros encontros e debates para criarem estratégias efetivas no que tange a garantia de uma formação de qualidade, laica, pública e crítica nos marcos de uma política expansionista do ensino superior privado e público nas modalidades presencial e a distância.

Tais entidades, como o conjunto CFESS/CRESS que preconiza o exercício profissional, demarcam espaço na cena política, estabelecendo orientações, resoluções e diretrizes como forma de subsidiar e garantir espaços de trabalho condizentes com os preceitos norteadores do trabalho do assistente social em consonância com os requisitos basilares do projeto ético-político que orienta a formação e o exercício profissional.⁵

Nesse contexto conflituoso e tensionado pelos interesses antagônicos do capital e do trabalho, e tendo como fundamento os preceitos teóricos, ético-políticos e o conjunto normativo, legislativo e regulamentador do Serviço Social a partir dos anos de 1990, a formação demanda dos profissionais um conjunto de requisitos, atribuições, competências e qualificações para pensar/agir criticamente e propositivamente em uma realidade dinâmica, con-

eleita anualmente no ENESS (Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social), que, dentre suas finalidades precípuas, objetiva potencializar a formação política e profissional dos estudantes de Serviço Social.

⁵ Esses requisitos são consubstanciados pela Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662, de 1993, o Código de Ética Profissional também de 1993 e as Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS em 1996 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2005).

traditória e determinada por condicionantes sócio históricos e ideopolíticos.

Por isso, torna-se relevante conhecer de forma aproximativa quem são esses profissionais assalariados - assistentes sociais, o que pensam sobre a profissão, onde estão inseridos, os motivos que os levaram a investir na formação em Serviço Social, os limites, impasses e possibilidades presentes nos espaços sócio-ocupacionais, suas inserções políticas e organizativas, a identificação e alinhamento com os princípios constitutivos do projeto ético-político que baliza a profissão e as perspectivas que vislumbram em um cenário de profundas transformações societárias que provocam objetiva e subjetivamente impactos em todas as dimensões da sociabilidade, tanto na esfera da produção, quanto da reprodução. Essas mudanças societárias emergem na cena contemporânea como estratégias do capital para garantir sua sobrevivência, orquestrada na sustentação da divisão de classes, da propriedade privada, da acumulação e concentração da riqueza por meio da exploração intensificada do trabalho. Engendradas pela relação conflituosa entre capital e trabalho, essas transformações também rebatem no Serviço Social, tanto em sua dimensão formativa, quanto no exercício profissional.

Assim, concebemos a presente pesquisa e apontamos sua relevância diante de um quadro conjuntural demarcado pelas mudanças no mundo do trabalho que rebatem diretamente na formação e no exercício profissional dos assistentes sociais.

Inicialmente, apresentamos a proposta de pesquisa à direção do Centro Universitário UNA de Belo Horizonte (MG), instituição de ensino superior de natureza privada e ao Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS 6ª região), com sede na capital mineira, que contribuíram direta e indiretamente no desenvolvimento investigativo com disponibilidade de recursos financeiros, humanos, físicos, materiais e/ou fornecimento de dados.

As fases da pesquisa consistiram em: elaboração do projeto, mapeamento das instituições municipais, contatos institucionais para constatar a incorporação dos assistentes sociais nos quadros das equipes, elaboração do roteiro de entrevista, contatos com assistentes sociais para apresentação da proposta e do termo de compromisso ético, visitas aos profissionais para a realização das entrevistas baseadas na anuência dos entrevistados, transcrição das entrevistas, análise e revisão dos dados, devolução da pesquisa aos profissionais partícipes da investigação por meio de um seminário organizado pela instituição de ensino e, por fim, elaboração do texto final.

O roteiro de entrevista foi estruturado em três eixos correlacionados e interdependentes, sendo eles: Eixo 1) Identificação, que engloba dados pessoais (família, origem, renda, condições de moradia, sociabilidade e lazer); Eixo 2) Dados profissionais, que abarcam a formação (local e ano de formação, cursos e aprimoramentos), concepção do significado social da profissão e o exercício profissional (área de atu-

ação, limites/possibilidades institucionais, equipe de trabalho, demandas e exigências do mercado de trabalho, desafios ao projeto ético-político, relação teoria/prática, jornada de trabalho, instrumentos e técnicas); e, Eixo 3) Participação/inserção política, com o objetivo de vislumbrar o engajamento dos profissionais em espaços coletivos, seja no âmbito da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS) ou nos movimentos sociais, populares, conselhos de direitos, partidos e sindicatos.

No que se refere ao universo quantitativo de assistentes sociais, de acordo com o banco de dados do CRESS-MG 6ª região, no ano de 2009, haviam 12.194 profissionais inscritos em âmbito estadual, sendo que 8.813 estavam ativos. Já em Belo Horizonte (MG), neste mesmo ano, haviam 3.206 inscritos e 2.143 ativos. Diante dessa constatação, iniciamos o mapeamento das instituições públicas, privadas e do terceiro setor existentes na capital mineira por meio dos convênios de estágio estabelecidos com a instituição de ensino envolvida na pesquisa (no caso, o Centro Universitário UNA), contatos telefônicos, visitas institucionais e acesso à lista telefônica. A partir do levantamento obtido e tendo em vista o enfoque qualitativo da pesquisa, estabelecemos contato com 209 assistentes sociais de Belo Horizonte (MG) e agendamos as entrevistas, conforme anuência dos profissionais na concessão dos depoimentos.⁶ Foi apresentada a finali-

⁶ Vale considerar que, apesar da pesquisa ter enfoque qualitativo, conseguimos entrevistar aproximadamente 10% dos profissionais ativos de Belo Horizonte (MG), tendo em vista que entrevistamos 209 assistentes sociais em um universo de

idade do estudo aos assistentes sociais que concordaram em conceder a entrevista e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para assegurar os aspectos éticos preconizados na pesquisa, garantindo sigilo e anonimato, os assistentes sociais foram identificados pelas letras do alfabeto.

A pesquisa teve início no ano de 2009 e foi concluída em 2011, cabendo ressaltar que as entrevistas com assistentes sociais de Belo Horizonte (MG) aconteceram no decorrer do ano de 2010. Tal ano é emblemático para a categoria profissional no sentido de representar um marco histórico significativo na trajetória de lutas, organização e mobilização coletiva do Serviço Social brasileiro, pois os profissionais, em conjunto com os órgãos representativos (CFESS/CRESS, ABEPSS, E-NESSO), reunidos no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido em Brasília (DF) de 31 de julho a 05 de agosto de 2010, fizeram uma manifestação pública na esplanada dos ministérios e conseguiram garantir a aprovação da Lei nº 12.317 em 26/08/2010, também conhecida como a Lei das 30 horas, que estabelece a jornada semanal de 30 horas para os assistentes sociais sem redução salarial. A partir desse marco, os profissionais, nos diversos espaços de trabalho, começaram a fazer a devida “adequação” ao previsto na legislação. Mas num contexto de inte-

2.143 ativos. Por isso, é importante ressaltar que este texto não pretende fazer afirmações generalizantes, mas apresentar dados e considerações com base no universo investigado. Nesse sentido, reconhecemos os limites e contradições da pesquisa, diante da realidade que é constituída dinamicamente de inúmeros determinantes.

resses antagônicos entre capital e trabalho, essa “adequação” não ocorreu de forma harmoniosa e automática, pois surgiram inúmeras resistências por parte das instituições empregadoras (públicas e privadas), em garantir a carga horária de 30 horas semanais aos assistentes sociais. Atualmente este ainda é um desafio colocado para a categoria profissional, pois inúmeros órgãos empregadores têm criado estratégias e subterfúgios para burlar e violar a legislação, como por exemplo, alterar a nomenclatura do cargo/função. Mesmo no período da pesquisa, que antecede a legislação, em que prevalecia a carga horária de 40 horas semanais de trabalho, os assistentes sociais de Belo Horizonte (MG) já ocupavam cargos e funções diversas, como de Analistas de Políticas Públicas, Educadores Sociais e Técnicos Sociais.

A partir deste cenário, nos atentamos a conhecer a realidade dos profissionais de Serviço Social que atuam cotidianamente em espaços adversos, tensos, conflituosos, que reafirmam a precarização do trabalho, as formas de flexibilização, a retração do Estado e conseqüentemente das políticas públicas.

Aproximação ao universo profissional dos assistentes sociais de BH

Os assistentes sociais entrevistados compreendem a faixa etária de 21 a 65 anos, onde a predominância é de profissionais com idade entre 26 e 30 anos, representando 25% do total e de profissionais acima de 45 anos, com 22%, seguida das demais faixas etárias: 15% com idade en-

tre 20 e 25 anos, 17% com idade entre 31 e 35 anos, 13% com idade entre 36 a 39 anos, 7% de 40 a 45 anos e o equivalente a 1%, não responderam. Diante deste quadro amostral de 209 assistentes sociais entrevistados, verificamos a predominância de profissionais na faixa etária de 20 a 30 anos, totalizando 40%, o que significa que a maioria se formou nos últimos anos e presume-se que nas instituições de formação havia ocorrido a revisão curricular respaldada nas diretrizes e orientações da ABEPSS de 1996.

No que tange ao estado civil dos assistentes sociais, observamos o seguinte quadro: 46% solteiros, 43% casados, 8% divorciados e 3% viúvos.

Alguns assistentes sociais que atuam em Belo Horizonte (MG) não são naturais do município, constatando pelos relatos que os processos migratórios são muito recorrentes e, sobretudo, são estimulados e justificados pelo acesso aos estudos, inserção no mundo trabalho, mudança familiar e busca de melhorias nas condições de vida.

No quesito referente à identificação étnico-racial, seguindo o critério de autclasificação e as referências do IBGE, constatamos o seguinte: 41% brancos, 39% pardos, 18% pretos e outras (2%). Esse percentual revela a predominância de profissionais negros (pretos e pardos), que somados totalizam 57% dos entrevistados. Vale considerar que no Brasil prevalece o critério de autclassificação e, por isso, mantivemos essa orientação para a obtenção de dados, permitindo que os assisten-

tes sociais respondessem conforme seu reconhecimento e identificação com um determinado segmento étnico-racial da população.

Em relação ao gênero, sendo o Serviço Social reconhecido historicamente como uma profissão feminina, este dado permanece na pesquisa, pois 94% dos profissionais entrevistados são do sexo feminino e 6% do sexo masculino, o que confirma a tendência histórica de desenvolvimento da profissão e reafirma que na atualidade o Serviço Social continua sendo uma profissão predominantemente feminina.

Ao abordarmos a orientação sexual, houve resistência de muitos profissionais em responder. Os profissionais que responderam, em sua maioria, se declararam heterossexuais.

Quanto à crença religiosa, predomina o catolicismo, com 67%, seguida pela religião evangélica com 13%, o kardecismo com 8% e outras não especificadas com 12%. Vale considerar que mesmo os que responderam ter outro tipo de crença religiosa, os 12%, é presente a incorporação de alguma religião na vida dos assistentes sociais. Além do mais, com a prevalência do catolicismo, destacamos essa presença desde a gênese do Serviço Social brasileiro, em que havia influência da doutrina social da Igreja para formar os quadros profissionais a partir de um ideário cristão que objetivava, sob o lema da ordem e do progresso, harmonizar as tensões e conflitos sociais intensificados com a questão social emergente.

Dentre os entrevistados, 51% não possuem filhos e 49% possuem, sendo que desse montante que afirma ter filhos, não foi mencionada a quantidade.

Para conhecermos de forma aproximada as condições de vida e trabalho dos assistentes sociais, perguntamos sobre a remuneração individual e renda mensal familiar identificando assim a realidade dos profissionais, suas dificuldades e estratégias de sobrevivência diante de um mundo do trabalho cada vez mais precarizado. Observamos que a renda familiar dos assistentes sociais varia de R\$1.000,00 a R\$16.000,00, sendo que, 11% recebem de R\$1.000,00 a 2.000,00/mês, 18% possuem renda mensal de R\$2.001,00 a R\$3.000,00, 16% recebem entre R\$3.001,00 a R\$4.000,00 e 35% possuem rendimentos superiores a R\$4.000,00. Os demais não responderam a questão. Cabe destacar que apesar de 35% responderem que possuem uma renda mensal familiar superior à R\$4.000,00, em muitos casos, constituem família, implicando em maiores gastos com despesas domésticas e com os serviços e necessidades humanas básicas.

Já o salário auferido como assistente social varia de R\$600,00 a valores acima de R\$ 3.000,00. Em 2010, período das entrevistas, o valor do salário mínimo correspondia a R\$510,00, o que significa que alguns profissionais recebiam o equivalente ao salário mínimo da época. A maioria dos profissionais, 48%, relatou receber entre R\$1.000,00 a R\$2.000,00 e 18% responderam receber entre R\$2.001,00 a R\$3.000,00 mensais. A minoria dos entrevistados, 7%, informou receber entre

R\$500,00 a R\$1.000,00/mês. Mesmo assim, observamos ainda a baixa remuneração como uma marca da profissão, que pode estar associada a um processo de feminização e subalternidade que historicamente constituiu o Serviço Social. Considerando o Serviço Social como uma profissão predominantemente feminina, o mundo do trabalho, que também se configura pela divisão sexual do trabalho, sempre tendeu a hierarquizar as relações e estabelecer assimetrias entre homens e mulheres. Isso sustenta inúmeros argumentos para justificar os baixos rendimentos da mulher trabalhadora, sobretudo no sentido de disseminar uma ideia distorcida e preconceituosa de que o salário feminino é um complemento ao rendimento do homem. Nesse ideário, o salário da mulher pode ser inferior, o que reforça as desigualdades de gênero que conformam o mundo do trabalho em uma sociabilidade assentada em padrões discriminatórios e rigidamente assimétricos. Diante de baixos rendimentos, muitas vezes é requisitada a participação financeira de todos os membros da família para suprir as necessidades vitais e ocorre também de se obter mais de um vínculo empregatício como forma de complemento à renda. Por isso, 26% dos entrevistados afirmaram possuir mais de um vínculo de trabalho, 68% não possuem outra forma de rendimento e 6% não responderam.

Formação profissional e inserção no mundo do trabalho

No que se refere à formação acadêmica dos assistentes sociais, observamos que

ela se deu entre os anos de 1972 e 2009 e a instituição acadêmica na qual formaram 95% dos profissionais foi a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com sede em Belo Horizonte (MG) e Contagem (MG). Essa prevalência decorre do fato de que esta universidade era a única instituição de ensino superior que oferecia o curso em Belo Horizonte (MG) até o início dos anos 2000. A formação em outras instituições foi feita por profissionais que migraram de outras cidades e Estados. O nível de formação dos profissionais é representado da seguinte forma: 36% possuem somente a Graduação, 57% Pós-Graduação e/ou Especialização, 4% Mestrado e/ou Doutorado e 3% não responderam.

Dentre os motivos que levaram os profissionais a cursar Serviço Social estão: afinidade, interesse, identificação pela área de humanidades e sociais, facilidade para lidar com pessoas, relevância da profissão/do curso, expectativa de mudanças pessoais ou profissionais, baixo custo da formação, resultados de testes vocacionais, história familiar e a concepção da ajuda muito presente ainda no imaginário coletivo. Alguns profissionais responderam essa questão contextualizando alguns fatores como a aguda desigualdade social em que vive a sociedade, a possibilidade de acesso aos direitos sociais da população, a diversidade de áreas e segmentos de atuação, militância política e/ou religiosa, além do questionamento das contradições presentes na sociedade. Essa percepção, em muitos casos, está associada à militância política e a atuação na área social antes da graduação. Dentre

as respostas, foi possível identificar que alguns assistentes sociais, ao escolherem a profissão, tinham como objetivo “ajudar” pessoas e desenvolver trabalhos comunitários. Após o ingresso no curso, passaram a compreender o significado social da profissão e perceberam que o Serviço Social não se tratava de “ações de caridade e benemerência”, mas sim de uma profissão inserida na divisão social do trabalho, situada no processo histórico de lutas da classe trabalhadora, com fundamentos teóricos, éticos, políticos, técnicos e metodológicos. Além do mais, uma profissão que tem em seu projeto formativo a necessidade de romper com práticas caritativas, voluntaristas e filantrópicas, no sentido de contribuir para a viabilização de direitos sociais, ampliação da cidadania, autonomia da população, além da vinculação e compromisso com um projeto societário direcionado para a emancipação humana, que extrapole o *ethos* burguês que sustenta a sociedade capitalista.

A maioria dos profissionais entrevistados, 94%, relatou que percebe inúmeros avanços no Serviço Social na atualidade, diante do contexto histórico da profissão, sobretudo no âmbito legislativo/normativo que baliza os princípios fundamentais do Serviço Social e sustenta uma formação sólida, crítica e de qualidade pautada em diretrizes que aglutinam o vínculo dos projetos profissionais com os projetos societários.

Quanto ao tempo de inserção no mundo do trabalho e atuação dos profissionais, observamos uma variação de 2 meses a 35 anos. Na maioria dos relatos, o ingresso

no mercado de trabalho se deu logo após a conclusão do curso de graduação.

A atuação dos profissionais ocorre em diversas áreas e segmentos, como na saúde, assistência social, previdência social, políticas de atenção ao idoso, às crianças e adolescentes, terceiro setor, habitação, educação, saúde mental, Delegacia de Mulheres e Defesa Civil. Esse dado reforça a predominância da segmentação e setorialização das políticas sociais na cena contemporânea, o que corrobora para a fragmentação das manifestações da questão social, que passam a ser analisadas sob o prisma das especificidades, perdendo de vista a perspectiva da totalidade para a compreensão da dinâmica societária que circunda as relações sociais.

Também é importante frisar que é unânime entre os entrevistados a necessidade da capacitação profissional e formação continuada. Porém, a maioria não detalhou a forma como ocorre tal atualização, alegando dificuldade no acesso aos cursos devido aos baixos rendimentos. Dentre aqueles que responderam como se capacitam, isso acontece por meio de leituras de livros, revistas, acesso às publicações da categoria, participações em seminários, palestras, fóruns e cursos oferecidos no local de trabalho. A importância da formação permanente pode ser verificada no relato abaixo de uma profissional,

Percebo ser uma oportunidade de obter novos conhecimentos para que o meu fazer profissional seja alicerçado em informações adequadas, para serem repassadas ao público que atendo, proporcionando assim

certa reflexão sobre a prática (ASSISTENTE SOCIAL A).

Levando em consideração que a formação profissional continuada é também um quesito diferencial para as exigências do mercado de trabalho, questionamos aos assistentes sociais se eles se sentiam aptos para as requisições do mundo do trabalho e obtivemos a seguinte representação percentual: 86% responderam estarem aptos para as novas exigências do mercado de trabalho, enquanto 14% responderam negativamente, alegando não estarem preparados para tais requisições. Ao responderem essa questão, os profissionais que não se sentem aptos explicam que há a necessidade da atualização constante, de estudar, pesquisar, como por exemplo, o curso de outro idioma e uma Pós-Graduação ou Especialização, apesar do salário da categoria não possibilitar a realização de todos esses requisitos. Esses relatos corroboram com o que Yamamoto (2003) já chamava atenção sobre as requisições do mundo do trabalho, que se pautam na polivalência e na multifuncionalidade no exercício de uma determinada profissão em tempos de reestruturação produtiva. Por isso, torna-se condição elementar o conhecimento de idiomas e habilidades com a informática. Já aqueles que se sentem aptos às exigências do mercado de trabalho, afirmam que esta qualificação se dá em função da constante atualização, por meio de cursos de capacitação.

Outra questão evidenciada diz respeito à relação dialética de unidade entre teoria e prática, pois, um contingente significativo dos entrevistados, corrobora com o dis-

curso equivocado de que na prática a teoria é outra. Com isso, ainda percebemos que,

A teoria é reduzida a algo que se “encaixa na prática” e a prática social é reduzida à prática profissional que, por sua vez, é reduzida à utilização de instrumentos de intervenção. Mas, já que a teoria não está se transformando em prática, considera-se que o mais importante, então, seja a própria prática (SANTOS, 2010, p.14).

No exercício profissional, as matrizes teórico-filosóficas adotadas pelos profissionais são variadas e heterogêneas. Essa incorporação se dá em função das preferências particulares, identificação dos profissionais com determinada teoria, da área de atuação, do contexto, da dinâmica institucional e de outras interferências.

Dentre os assistentes sociais entrevistados, 40% afirmam não se apropriar de nenhuma abordagem teórico-filosófica para compreender seu cotidiano de trabalho e as múltiplas faces da questão social, o que reforça o viés pragmático ainda presente na profissão. Porém, 22% destacam o materialismo histórico dialético como referencial de análise, 16% a teoria sistêmica, 9% buscam recursos na fenomenologia, 1% diz se respaldar no pensamento de Gramsci e 14% podem ser considerados ecléticos, por responderem que incorporam várias matrizes teórico-filosóficas de acordo com cada situação apresentada e necessidade de respostas concretas. O ecletismo, entendido na sua expressão do sincretismo científico, de acordo com Netto (2001), é um princípio constitutivo da profissão. Sendo assim, o ecletismo é um elemento presente e característico do Serviço Social desde sua gên-

nese até a contemporaneidade. Optamos por manter essa concepção pelo fato destes 14% dos assistentes sociais entrevistados apresentarem a incorporação teórico-metodológica e filosófica de forma confusa, sem clareza das abordagens e afirmarem que se apropriam de tudo o que possa contribuir para seu exercício profissional. Porém, esse “tudo” pode estar marcado e sustentado pela (re)atualização do conservadorismo que se faz presente no cenário profissional. As tendências (neo)conservadoras mitificadas de ideias alternativas com vistas a outro projeto societário têm sido incorporadas significativamente pelo Serviço Social, conforme já analisado por Santos (2007).

De acordo com as narrativas dos assistentes sociais, identificamos que muitos não conseguiam especificar exatamente qual sua concepção de mundo e qual era a corrente teórico-metodológica presente em seu exercício profissional, e afirmam que se embasam em diversas perspectivas, dependendo do caso, o que sustenta ainda a ideia do “cada caso ser um caso”, individualizando os processos sociais e perdendo de vista a perspectiva da totalidade. Além do mais, muitos se identificam com um respectivo autor e não com um determinado método de apreensão do real que proporcione uma leitura crítica da realidade.

Há relatos em que a preocupação com a matriz teórico-metodológica acontecia somente no início da profissão e hoje já não é considerada tão importante, ou somente reflete sobre a matriz teórica dependendo do tipo de atendimento que

realiza, o que sustenta o pragmatismo ainda vigente nas ações profissionais. Outras linhas de pensamento são adotadas e surgem nas entrevistas como, por exemplo, a psicanálise, corroborando para a reprodução e manutenção da estrutura sincrética no Serviço Social.

Com isso, a análise sobre a orientação e o referencial teórico-metodológico e filosófico se mostra complexa, trazendo incompreensões e distorções, tendo em vista as narrativas de alguns assistentes sociais:

Não sigo exatamente corrente teórica, mas gosto muito da composição teórica de Marilda Yamamoto (ASSISTENTE SOCIAL B).

Aplicar uma corrente teórica apenas não é algo recorrente, pois tendo em vista a diversidade das situações que nos são apresentadas é possível adequar outras correntes durante o atendimento da família. Na maioria dos casos, a corrente mais utilizada é a teoria sistêmica (ASSISTENTE SOCIAL C).

Fenomenologia, Marxismo, um pouquinho de cada coisa... O CRAS é Humanístico, o que tem a ver comigo (ASSISTENTE SOCIAL D).

A partir desses relatos, identificamos que não há “segurança” ou “decisão” sobre qual perspectiva se apropriar por parte dos profissionais em decorrência do desconhecimento sobre o método de análise à luz de uma abordagem teórico-metodológica e filosófica. Isso demonstra incompreensão de que teoria e método estão imbricados. Os relatos destacados comungam de equívocos e nos leva a

caminhos obscuros, como, por exemplo, se apropriar de um pouco de cada concepção/abordagem e também tentar “aplicar” na prática aquilo que se concebe de reprodução ideal do concreto pensado. Ou seja, os desafios sobre a discussão do método, a relação de unidade entre teoria e prática no Serviço Social são emergentes diante dos dados apresentados, pois percebemos que ainda precisamos avançar significativamente neste aspecto. Aqueles que não responderam sobre o referencial teórico-metodológico que orienta seu trabalho, informam que adotam mais de um ou procura outras fontes referenciais como a psicanálise, alegando que os referenciais teórico-metodológicos do Serviço Social não dão respostas concretas ao cotidiano da população, o que sustenta um equívoco muito presente no âmbito da profissão e (re)estabelece dimensões e características do conservadorismo na atualidade.

O entendimento de unidade na diversidade (SANTOS, 2010) entre teoria e prática pelos profissionais nem sempre acontece e, para outros, ela se faz presente no cotidiano profissional e pode acontecer na leitura, análise e intervenção junto às demandas, seja no atendimento individualizado, nas visitas familiares, nas reuniões de equipe e no trabalho interdisciplinar, como ressalta uma entrevistada:

A teoria nos remete a fazer uma reflexão crítica. E, a partir do momento em que se consegue fazer essa reflexão do ponto de vista da prática, percebe-se a relação teoria e prática vivenciada no cotidiano e seu contexto (ASSISTENTE SOCIAL E).

Os motivos da dificuldade em conceber teoria e prática como unidade na diversidade foram destacados por alguns assistentes sociais da seguinte forma:

- A utilização de uma determinada teoria nem sempre é funcional;
- A teoria, apesar de ser a base para o desenvolvimento de um bom trabalho, às vezes, pode sofrer alterações.
- Nem tudo o que está na teoria se consegue seguir na íntegra, pois, muitos casos exigem urgência na intervenção e nem sempre a teoria dá este espaço.

Diante desse esboço, constatamos questões ainda muito truncadas na compreensão da relação de unidade entre teoria e prática, o que contribui para reproduzirmos o famigerado discurso de que na prática a teoria é outra. Por isso, torna-se cada vez mais necessária a oferta de cursos contínuos de aprimoramento, seminários, fóruns e outros eventos visando a formação permanente dos assistentes sociais.

Para os entrevistados, os avanços no Serviço Social brasileiro na atualidade se vinculam aos aspectos legais, normativos e políticos que contribuem para o reconhecimento profissional. Assim, 94% reconhecem os avanços e 6% não os reconhecem. Os profissionais que reconhecem tais avanços afirmam que é preciso melhorar a remuneração para que os assistentes sociais possam contribuir efetivamente com a categoria profissional.

Quanto aos instrumentos normativos da profissão, em especial o Código de Ética, os profissionais expressam sua opinião e conhecimento da seguinte forma:

Acho de grande importância para a atuação profissional, pois vai ampará-lo e regulamentar as ações (ASSISTENTE SOCIAL F).

O Código de Ética atual é avançado em relação aos anteriores. Todavia, está na hora de ser reformulado, afinal, o contexto existente em 1993 é diferente do atual e há situações da contemporaneidade que não estão contempladas no Código de Ética (ASSISTENTE SOCIAL G).

Tanto o código de ética quanto o projeto ético político norteiam o exercício profissional nos apresentando as diretrizes fundamentais para um trabalho ético e político (ASSISTENTE SOCIAL H).

Importantíssimo, que nem sempre é permitido de ser realizado ou obedecido, pois muitas vezes não temos salas adequadas para realizar o nosso trabalho que exige sigilo no atendimento (ASSISTENTE SOCIAL I).

A partir dos relatos, observamos ainda algumas distorções no que tange ao entendimento do projeto ético-político e do Código de Ética Profissional. Na atuação profissional, os assistentes sociais afirmam o uso dos instrumentos ético-normativos cotidianamente, por meio do respeito ao usuário, no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na inserção da população nas decisões institucionais e também podendo ser utilizado em prol dos profissionais, caso necessitem de seu aparato posterior a alguma demissão, como forma de exigir melhores condições de trabalho e sigilo no atendimento das demandas. Dessa forma, mesmo num contexto antagônico, as prerrogativas do projeto ético-político podem ser vislumbradas nos espaços sócio-ocupacionais, conforme relatado pelo profissional:

Cotidianamente acredito que estamos exercitando um pouco do projeto ético político do Serviço Social, pois estamos sempre trabalhando com os usuários a emancipação destes, sua autonomia e sua formação enquanto sujeito - cidadão. Colocamos em prática a defesa de seus direitos e o exercício de sua cidadania e não de um ser invisível pela sociedade e discriminado (ASSISTENTE SOCIAL J).

Como assalariados e dotados de relativa autonomia (IAMAMOTO, 2007), os assistentes sociais destacaram a possibilidade concreta de tais prerrogativas por meio de atendimentos de qualidade, aprimoramento profissional, defesa da autonomia, dos direitos da população, da justiça e democracia, visando a igualdade, o protagonismo, o respeito e compromisso com as demandas sociais. Nas entrevistas, alguns assistentes sociais não responderam sobre o projeto ético-político profissional, por desconhecimento ou por não terem uma opinião formada a respeito. Outro aspecto ressaltado foi a dificuldade e limite institucional para consolidar e implementar efetivamente as prerrogativas do projeto ético-político, expressando as contradições presentes entre demandas profissionais e demandas institucionais.

Diante de tantas particularidades e limites, questionamos aos profissionais se já pensaram em mudar de profissão e 24% informaram que desejariam mudar. A escolha por outra profissão está relacionada ao valor do investimento no curso e retorno na forma de salário, pois se consideram desvalorizados profissionalmente, tendo em vista as experiências pelas quais já passaram na profissão ou ainda por se identificarem mais com outras á-

reas. A maioria não almeja mudar de profissão, pois, trata-se de uma realização pessoal e profissional. Esse contingente majoritário demonstra satisfação pelo trabalho que realiza, além das contribuições efetivas que podem proporcionar ao conjunto da sociedade, como por exemplo, contribuir para a viabilização dos direitos sociais.

Os espaços sócio-ocupacionais

Sobre os espaços sócio-ocupacionais dos entrevistados, 70% estão inseridos em instituições públicas, 9% em órgãos privados e 21% no terceiro setor. Nesse montante, 57% possui vínculo empregatício estabelecido pelo regime celetista, 35% estatutário e 8% não responderam.

Com isso, identificamos que o Estado permanece sendo o maior empregador de assistentes sociais, como já assinalado em estudos realizados por Yamamoto (2003). Isso acontece também em Belo Horizonte (MG), pois é predominantemente no campo das políticas públicas que os profissionais exercem seu trabalho. Outro elemento verificado foi a fragilização do vínculo empregatício, pois estando os assistentes sociais situados em uma dinâmica societária orientada pelos preceitos da reestruturação produtiva que se desdobra na flexibilização das relações de trabalho e na precarização de todas as formas de atividade, esses profissionais também se submetem aos ditames da lógica da terceirização que se expande e se intensifica na atualidade. Isso traz uma série de implicações para os trabalhadores terceirizados, em especial a ausência

de proteção social e de direitos trabalhistas e sociais.

Dentre as áreas de atuação do assistente social em Belo Horizonte (MG), identificamos a predominância da saúde como o espaço que mais incorpora e emprega os profissionais, o que já havia sido constatado também nos estudos de Yamamoto (2003).

Em seguida, destaca-se a inserção dos profissionais no “terceiro setor”, que está voltado às ações filantrópicas, contando com a intervenção da sociedade e do Estado, conforme exemplificado pelos profissionais entrevistados.⁷ Essas entidades englobam organizações não governamentais e fundações empresariais, voltadas para o atendimento assistencial e filantrópico que se expandem nas últimas décadas em detrimento de uma orientação ideopolítica de cunho neoliberal que minimiza as responsabilidades do Estado e transfere os custos sociais para a sociedade civil. Por isso, para compreendermos a dinâmica e significado do “terceiro setor” na sociedade, é preciso analisar seu desdobramento em uma conjuntura específica, afinada com as prerrogativas de concentração e acumulação do capital e crescimento da miséria e pauperização dos trabalhadores.

⁷ Conforme Montaño (2002, p. 53), “O termo ‘Terceiro Setor’ é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (‘primeiro setor’), o mercado (‘segundo setor’) e a ‘sociedade civil’ (‘terceiro setor’). Recorte claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que portanto, desistoriciza a realidade social”.

Os serviços prestados pelas instituições do “terceiro setor” são diversificados e complementares aos serviços prestados pelos órgãos públicos, porém, com critérios de acesso e garantia de direitos sociais em caráter diferencial, voltados à filantropia e maquiados na forma de “benefício”.

Como se observa, o mercado de trabalho para assistentes sociais vem sendo gradativamente ampliado nos últimos anos no Brasil em decorrência do alargamento das políticas sociais, sobretudo da assistência social, conforme destacado por Mota (2008), numa fase da dinâmica capitalista em que os serviços públicos se transformam em serviços mercantis, provocando a privatização de políticas fundamentais como a saúde, educação e a previdência e expandindo a assistência social, que passa a ganhar centralidade no enfrentamento das desigualdades sociais. É notória essa expansão e podemos verificá-la com maior intensidade a partir da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social em 2004, que introduzem um novo ordenamento para a política de assistência social.

Em relação aos espaços sócio-ocupacionais do assistente social em Belo Horizonte (MG) na esfera privada, a inserção profissional acontece em áreas de gerência de recursos humanos, administração de benefícios, planejamento e execução de projetos sociais. Cabe ressaltar que o setor privado ainda não investe de forma significativa na contratação de assistentes sociais, tendo em vista os inte-

resses em voga na lógica de reprodução ampliada do capital.

Nos três âmbitos de atuação (público, privado e “terceiro setor”), o assistente social incorpora e utiliza uma variedade de instrumentos e técnicas de trabalho, como por exemplo, ficha de cadastro dos usuários dos serviços sociais, a entrevista, visitas institucionais, visitas domiciliares, encaminhamentos, relatórios, reuniões e estudos sociais. Conforme relato de um profissional acerca das suas habilidades e compromisso ético-político,

O sigilo profissional é um dos preceitos que mais utilizo, principalmente por atuar numa empresa privada, pois temos que manter o sigilo das informações obtidas, tornando público somente o que tiver necessidade. Para isso, adapta-se o trabalho, buscando locais externos, não utilizados e salas vazias para realizar os atendimentos com mais privacidade (ASSISTENTE SOCIAL K).

Com essa fala, verificamos que o sigilo nem sempre é devidamente assegurado pela instituição onde atua o assistente social, o que viola um preceito ético fundamental do exercício profissional. De acordo com os profissionais, nem todas as instituições possuem ambientes propícios para a realização dos atendimentos, em que seja respeitada a privacidade e o sigilo das informações compartilhadas entre profissional e população. Isso pode fragilizar as relações de trabalho, exigindo dos assistentes sociais enfrentamentos cotidianos para garantirem autonomia (mesmo que relativa) e assegurarem os princípios éticos e políticos fundamentais que norteiam o exercício profissional.

Sobre as entidades e participação política

No que concerne ao conhecimento pelos profissionais das atribuições do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO e sua participação na vida política e nos espaços coletivos, os assistentes sociais em geral, afirmam conhecer o trabalho das entidades. Sobre o trabalho desenvolvido pelas entidades, há pontos de vista divergentes e alguns não entraram em detalhes sobre a forma como as atividades são realizadas e as repercussões disso para a profissão.

Acho que o CFESS é engajado nas questões sociais como um todo e vejo alguns resultados positivos (ASSISTENTE SOCIAL L).

Conheço mais o trabalho do CRESS, o do CFESS e ABEPSS muito pouco (ASSISTENTE SOCIAL M).

Só tomo conhecimento através dos textos oferecidos pelo CRESS. Na prática ainda não vi resultados no que diz respeito à garantia dos direitos profissionais (ASSISTENTE SOCIAL N).

Atualmente não acompanho (ASSISTENTE SOCIAL O).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com sede em Brasília-DF e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com sede nos estados da federação, são entidades autárquicas, de natureza pública, regulamentados pela Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e são responsáveis por zelar, defender e fiscalizar o exercício profissional de assistentes sociais. Além dos conselhos, temos

como representação da categoria profissional a ABEPSS e a ENESSO.

Ao interrogarmos os profissionais sobre as entidades, obtivemos os seguintes relatos:

Acompanho mais o CRESS pela proximidade e gosto da atuação, principalmente na questão da fiscalização das instituições e dos concursos pertinentes à nossa área; do acompanhamento dos processos administrativo-judiciais, dos quais todos os profissionais estão sujeitos. Ressalto também o suporte profissional, a capacitação permanente, etc. (ASSISTENTE SOCIAL P).

A ABEPSS é muito pouco divulgada e poucos sabem o que realmente representa e o que faz de efetivo (ASSISTENTE SOCIAL Q).

Considero que as entidades realmente representam a categoria. Talvez pudesse ocorrer um maior investimento na divulgação da profissão, no sentido de ter reconhecimento (ASSISTENTE SOCIAL R).

Diante das narrativas dos assistentes sociais, notamos que alguns profissionais apresentam ponto de vista favorável e reconhecem a importância das atividades desenvolvidas e realizadas pelas entidades. Outros alegam insatisfações ou não opinaram por falta de conhecimento acerca das atribuições das entidades, como se observa abaixo:

Precisa ser mais atuante e responder dúvidas dos profissionais quando solicitado (ASSISTENTE SOCIAL S).

Não vejo muitos resultados na prática, no cotidiano da maioria dos profissionais registrados nos conselhos da categoria (ASSISTENTE SOCIAL T).

Penso que o CRESS é uma entidade de muita importância para os profissionais (ASSISTENTE SOCIAL U).

Não tenho condições de responder por desconhecimento (ASSISTENTE SOCIAL V).

Dentre os entrevistados, aqueles que demonstraram compreensão sobre as atribuições das entidades afirmam a importância dos órgãos representativos na defesa da formação de qualidade, de melhores condições para o exercício profissional, na articulação do debate político, na legitimação e valorização da profissão, no incentivo às pesquisas, na realização de cursos e eventos, na necessidade de mobilização da categoria no sentido de pressionar, sugerir, propor ações e participar ativamente das questões que se relacionam à profissão e ao conjunto da classe trabalhadora.

No que tange à participação política, a partir da análise das entrevistas, foi possível observar que 57% não têm ou nunca teve nenhum tipo de participação política na sociedade, enquanto 6% não responderam e somente 37% afirmaram participar atualmente ou em tempos de graduação.

A partir dos relatos de assistentes sociais que afirmaram ter algum tipo de participação política, notamos que ela está relacionada à mobilização de comunidade, aos fóruns relacionados ao ambiente de trabalho e eventos realizados pela categoria. Mesmo assim, procuram participar daqueles próximos ao seu local de trabalho, de sua residência ou na cidade onde moram.

Minha participação é no trabalho cotidiano, por meio das comissões locais de saúde e outros fóruns (ASSISTENTE SOCIAL X).

Enquanto cidadão e profissional você já está participando de alguma forma da política. Atuando de forma responsável, ética, buscando atender com excelência o usuário dentro das possibilidades da sua atuação na instituição. Isto é participar politicamente na sociedade (ASSISTENTE SOCIAL W).

Os entrevistados que dizem não ter uma participação política efetiva atualmente justificaram-se da seguinte forma:

Não. O estímulo é pouco e os resultados quase nunca acontecem efetivamente (ASSISTENTE SOCIAL Y).

Atualmente não, mas fui membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (ENTREVISTADO Z).

Observamos que as poucas experiências relatadas pelos assistentes sociais foram com projetos de extensão, diretórios acadêmicos via movimento estudantil, conselhos, comissões, fóruns e filiação em algum partido político. Alguns dos entrevistados informaram que esta participação acontece no comparecimento em eventos realizados pela categoria, ou até mesmo na orientação à população sobre seus direitos.

Apontamentos finais

A partir dos anos 1990, ocorre um adensamento de pesquisas e produção do conhecimento no Serviço Social, que se aproxima de forma rigorosa do pensamento crítico-dialético com respaldo na tradição marxista. Desde então, a profissão

passa por um processo de maturação e reconhecimento, trazendo contribuições significativas para a formação e o exercício profissional.

Com a pesquisa, evidenciamos inúmeras questões presentes no trabalho assalariado e na formação do assistente social na contemporaneidade que exigem da categoria profissional uma atenção para os impasses, dilemas e desafios em busca de compreensões, superações e rupturas com preceitos distorcidos que ainda rondam o Serviço Social. Um dos requisitos é a necessidade da formação continuada, no sentido de assegurar competência e qualidade na atuação profissional cotidiana.

Fica explícito que o Serviço Social, como profissão inserida nas contradições da sociedade capitalista também é reflexo das suas determinações e, por isso, diante das profundas alterações no mundo do trabalho, também tem seus postos de trabalho degradados, deteriorados e precarizados.

Por isso, com base em Yamamoto (2007), não é possível conceber o Serviço Social fechado em si mesmo, ou seja, olharmos de maneira endógena para a profissão como se ela estivesse isenta e imune de todas as transformações societárias. Pelo contrário, os processos sociais impactam direta e indiretamente o conjunto da profissão e isso requer análise crítica, rigorosa, propositiva, inovadora e diferenciada dos profissionais na contemporaneidade.

Considerando os espaços ocupacionais dos assistentes sociais em Belo Horizonte (MG), o setor público é ainda o maior empregador, sendo que o contrato de trabalho dos profissionais se faz em sua maioria via terceirização e regime celetista, revelando a precarização das relações de trabalho que envolve também os assistentes sociais.

Os preceitos éticos e políticos foram também destaque nas entrevistas realizadas, pois os profissionais evidenciaram a luta cotidiana na tentativa de assegurar os princípios fundamentais do código de ética e a necessidade de conhecer os direitos e deveres que balizam o exercício profissional.

Cabe ressaltar que uma parcela significativa de profissionais partícipes da pesquisa não se reconhece nos órgãos que orientam a formação, zelam, defendem e fiscalizam o exercício profissional por desconhecimento das atribuições de cada entidade. Isso pode desencadear a perda de articulação que se faz necessária entre a categoria e também pode contribuir para a fragilização e despolitização de profissionais.

A pesquisa também revelou que um contingente considerável de profissionais opta pelo Serviço Social associando-o a práticas filantrópicas, caritativas, voltadas para a “ajuda”. Outros motivos pela procura do curso referem-se à incorporação de valores religiosos, políticos, de origem social e de gênero, principalmente por abarcar majoritariamente as mulheres.

Com base nos dados apresentados, observamos a necessidade de pesquisas acerca do perfil e cotidiano profissional, com ênfase para as condições de vida e trabalho, pois temos nos debruçado em estudos e investigações sobre o Serviço Social, analisando-o em seu estatuto profissional e muitas vezes não atentamos para nos aproximarmos dos sujeitos que constroem cotidianamente essa profissão - os assistentes sociais.

Pesquisar o perfil e cotidiano profissional não significa restringir a análise ao imediatismo, tecnicismo, burocratismo, normas e rotinas institucionais de forma abstrata, superficial, fragmentada e a-histórica, mas reconhecer a inserção dos assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho como trabalhadores assalariados e especializados, nos marcos do capitalismo contemporâneo. Dessa forma, desvelar o perfil profissional dos assistentes sociais significa fazer as mediações históricas necessárias, sem perder de vista as contradições, a perspectiva de totalidade e a direção social da profissão. Por isso, é importante situar e reconhecer singularidades profissionais nas relações capitalistas universais.

Assim, é preciso dedicar atenção aos estudos que envolvem a formação e o exercício profissional de assistentes sociais, que historicamente contribuíram e contribuem com significativas conquistas no campo das lutas coletivas e dos direitos humanos e sociais. Esses profissionais, inseridos em espaços acirrados de disputas e tensões no âmbito da luta de classes, criam e (re)criam estratégias cotidianas,

no sentido de contribuírem para a viabilização dos direitos da população e garantirem os preceitos ético-políticos que orientam a atuação profissional tendo como horizonte a emancipação humana.

Diante de uma categoria profissional tão complexa e heterogênea, temos um futuro desafiador para o Serviço Social, pois, ao finalizar esta pesquisa, fica dialeticamente apenas uma certeza: a de que, conforme discorre João Guimarães Rosa, no *Grande Sertão: Veredas* (ROSA, 2006, p.23), “[...] o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando”.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (Org.). **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época).